

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO

Termo de Referência 131/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
131/2026	989403-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO	REGINA CAMARGO DE OLIVEIRA	17/04/2026 07:40 (v 0.7)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		10564

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada em instalação,desinstalações e manutenções diversas em condicionadores de ar para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01 - SERVIÇOS EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE 9.000 OU 12.000							
CATEGORIA	ITEM	SERVIÇO	UND	QTD MÍNIMA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
INSTALAÇÃO	1	Instalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 9.000 ou 12.000 BTU/h, com distância de 3 metros de tubulação entre unidades condensadora e evaporadora.	SV	01	5	R\$ 638,21	R\$ 3.191,05
DESINSTALAÇÃO	2	Desinstalação de condicionador de ar modelo Split High Wall	SV	01	18	R\$ 340,60	R\$ 6.130,80

		(convencional ou inverter) de 9.000 ou 12.000 BTU/h.					
HIGIENIZAÇÃO	3	Higienização em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 9.000 ou 12.000 BTU/h, com limpeza química profunda.	SV	10	100	R\$ 300,00	R\$ 30.000,00
MANUTENÇÃO	4	Manutenção corretiva em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 9.000 ou 12.000 BTU/h, com carga de gás, correção de vazamentos e fornecimento de peças – exceto serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora.	SV	1	80	R\$ 480,00	R\$ 38.400,00
VALOR TOTAL							R\$ 77.721,85

GRUPO 02 - SERVIÇOS EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE 18.000 OU 24.000							
CATEGORIA	ITEM	SERVIÇO	UND	QTD. MÍNIMA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
INSTALAÇÃO	5	Instalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 18.000 ou 24.000 BTU/h, com distância de 3 metros de tubulação entre unidades condensadora e evaporadora.	SV	01	30	R\$ 800,00	R\$ 24.000,00

DESINSTALAÇÃO	6	Desinstalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 18.000 ou 24.000 BTU/h.	SV	01	50	R\$ 367,53	R\$ 18.376,50
HIGIENIZAÇÃO	7	Higienização em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 18.000 ou 24.000 BTU/h, com limpeza química profunda.	SV	10	332	R\$ 480,00	R\$ 159.360,00
MANUTENÇÃO	8	Manutenção corretiva em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 18.000 ou 24.000 BTU/h, com carga de gás, correção de vazamentos e fornecimento de peças – exceto serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora.	SV	1	250	R\$ 585,21	R\$ 146.302,50
VALOR TOTAL							348.039,00

#### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar 27 /2026.

#### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço possui natureza continuada, uma vez que envolve serviços recorrentes e essenciais à manutenção do adequado funcionamento dos sistemas de climatização, indispensáveis à continuidade e à qualidade dos serviços públicos educacionais.

#### Prazo de vigência

1.4. . O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ARP ou Contrato, na forma do artigo 84, da Lei n. 14.133 /2021 e podendo ser prorrogado, nas formas dos artigos 105 e 107da mesma lei;

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua poderá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

1.6.Para fins de padronização, organização e adequada formação de preços, os serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado serão estruturados em grupos distintos, classificados de acordo com a capacidade dos equipamentos, expressa em BTUs.

1.6.1.Tal agrupamento justifica-se pelas diferenças técnicas existentes entre os equipamentos, uma vez que aparelhos com capacidades distintas demandam níveis variados de complexidade nos serviços, mão de obra especializada, tempo de execução, quantidade de insumos e especificações técnicas diferenciadas. Dessa forma, a segmentação por faixa de BTUs permite maior precisão na definição dos custos envolvidos, evitando distorções na composição dos preços e assegurando maior equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

Além disso, a divisão em grupos proporciona maior compatibilidade técnica entre os serviços executados e os equipamentos atendidos, garantindo que cada intervenção seja realizada de forma adequada às características específicas dos aparelhos, contribuindo para a eficiência operacional, segurança e durabilidade dos equipamentos.

Ressalta-se ainda que essa metodologia favorece a ampliação da competitividade, permitindo a participação de empresas com diferentes níveis de especialização e capacidade técnica, sem prejuízo à qualidade da execução contratual.

Por fim, o agrupamento por capacidade em BTUs contribui para uma gestão mais eficiente do contrato, facilitando o controle, a fiscalização e a medição dos serviços executados, além de promover maior transparência e economicidade na utilização dos recursos públicos.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares número 27, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação NÃO está previsto no Plano de Contratações Anual, contudo, encontra-se alinhado com a LOA (Lei Orçamentária Anual) e com o PPA (Plano Plurianual).

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência número 27/2026.

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nos Estudos Técnicos Preliminares, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.1.1. Adoção de práticas de eficiência energética, com priorização de regulagens adequadas dos equipamentos, manutenção periódica e orientações técnicas que assegurem o funcionamento eficiente dos condicionadores de ar, reduzindo o consumo excessivo de energia elétrica;

4.1.2. Utilização e manuseio responsável de fluidos refrigerantes, por profissionais capacitados, com recuperação, reaproveitamento ou destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental e normas técnicas vigentes;

4.1.3. Gestão adequada dos resíduos gerados, com segregação, acondicionamento e destinação final ambientalmente correta, priorizando a reutilização e a reciclagem sempre que possível, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.1.4. Redução do uso de materiais descartáveis, priorizando insumos duráveis e reutilizáveis, sempre que tecnicamente viável, sem prejuízo à qualidade e à segurança dos serviços;

**Indicação de marcas ou modelos** ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

4.5. Na presente contratação não serão indicadas marcas, características ou modelos.

### Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.6. Não serão vedados(as) produtos/marcas.

### Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### Vistoria

4.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Dedicação exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**

4.14. Na presente licitação, os itens cujo valor total não ultrapassem R\$ 80.000,00 (oitenta mil) serão dedicados exclusivamente para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, com fulcro no art.20 e art.11 do **Decreto Municipal nº 1417/2021**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, considerando:

4.14.1. MEs e EPPs regionais, sendo:

4.14.2. II Regional, sendo uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

c) O âmbito dos municípios, dentro do Estado ou limítrofes, existentes dentro do raio de distância rodoviária, definido no instrumento convocatório, em quilômetros, superior aos limites geográficos do próprio Município;

4.14.3. A distância em quilômetros estabelecida será de até 120km.

4.14.4. Essa distância tem como início a cidade de Itaberaí com a Latitude/Longitude: -16.03492,-49.79698

#### **Justificativa para a Definição da Distância na Seleção de Empresa Prestadora de Serviços**

4.15.5. A definição de distância geográfica como critério técnico para a prestação dos serviços de instalação e manutenção de condicionadores de ar foi estabelecida com base nas características operacionais do objeto, visando assegurar a adequada execução contratual, conforme as necessidades da Administração Pública.

4.15.6. Rapidez no Atendimento:

A natureza dos serviços, especialmente no que se refere à manutenção corretiva, exige atuação célere, considerando que eventuais falhas nos equipamentos podem comprometer o funcionamento de ambientes essenciais, como salas de aula, setores administrativos e locais de atendimento ao público. Nesse contexto, a exigência de que a contratada possua estrutura operacional situada em distância compatível com as necessidades da Administração permite reduzir o tempo de resposta, garantindo maior eficiência na prestação dos serviços e evitando prejuízos à continuidade das atividades.

4.15.7. Redução de Custos com Deslocamento:

A limitação baseada em distância compatível contribui para a racionalização dos custos indiretos, especialmente aqueles relacionados ao deslocamento de equipes técnicas, refletindo na formação de propostas mais vantajosas para a Administração, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

4.15.8. Sustentabilidade e Impacto Ambiental:

A redução das distâncias percorridas pelas equipes técnicas contribui para a diminuição da emissão de poluentes, estando em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.15.9. Adequação Técnica e Operacional:

A exigência de localização em distância compatível não configura restrição indevida à competitividade, uma vez que não limita a participação de empresas por sua sede, mas sim exige que o licitante demonstre possuir capacidade operacional de atendimento dentro de prazo adequado, podendo, inclusive, comprovar tal condição por meio de filial, base operacional, posto de atendimento ou estrutura equivalente.

4.16. Dessa forma, a adoção do critério de distância geográfica fundamenta-se na necessidade concreta de garantir eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, sendo medida proporcional e adequada às características do objeto, sem afronta aos princípios da isonomia e da ampla concorrência.

4.16.1. Ressalta-se que a exigência está em conformidade com o disposto no art. 47, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que admite, em serviços de manutenção e assistência técnica, a definição de condições relacionadas à localização da prestação dos serviços ou à existência de estrutura em distância compatível com as necessidades da Administração, desde que devidamente justificada.

4.17. Na hipótese de não haver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente poderá ser adjudicada à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada na fase de lances.

## 5. Modelo de execução do objeto

### Condições de Execução :

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto:A execução do objeto terá início após a assinatura do contrato, conforme a existência de demanda por parte da secretaria demandante.

5.1.1.2.para as manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizada os procedimentos abaixo dentre outros:

- limpeza e higienização dos equipamentos;
- limpeza ou substituição de filtros;
- verificação das conexões elétricas;
- verificação de vazamentos de gás refrigerante;
- reposição de gás refrigerante, quando necessário;
- substituição de peças ou componentes danificados quando necessário;
- testes de funcionamento após a realização dos serviços.

### 5.1.2.Manutenção Preventiva

A manutenção preventiva deverá ser realizada conforme cronograma previamente estabelecido entre a contratada e a Secretaria Municipal de Educação, podendo ocorrer de forma programada durante a vigência do contrato, preferencialmente em horários que não comprometam o funcionamento das atividades administrativas e pedagógicas das unidades atendidas.

### 5.1.3. Manutenção Corretiva

Nos casos de manutenção corretiva, destinada à reparação de falhas ou mau funcionamento dos equipamentos de ar-condicionado, a empresa contratada deverá atender às solicitações no prazo máximo de **até 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da abertura da solicitação ou emissão da ordem de serviço pela secretaria demandante.

### 5.1.4. Situações de Urgência

Nos casos em que o defeito comprometa totalmente o funcionamento do equipamento em ambientes essenciais, como **salas de aula, setores administrativos ou locais de atendimento ao público**, a contratada deverá realizar o atendimento **com prioridade**, buscando restabelecer o funcionamento do equipamento no menor prazo possível.

5.1.5. A definição do prazos de até 2 (dois) dias úteis para a realização de serviços de manutenção em aparelhos de ar condicionado é fundamentada na importância de garantir condições adequadas de climatização nos ambientes de trabalho, atendimento ao público, salas de aulas que dependem diretamente de uma temperatura confortável para o desempenho de suas atividades e para a preservação do bem-estar das pessoas que frequentam essas instalações. No estado de Goiás, a necessidade de uma climatização funcional é ainda mais evidente devido às características climáticas regionais. Durante boa parte do ano, as temperaturas podem atingir níveis elevados, tornando os ambientes excessivamente quentes. A ausência de climatização adequada pode comprometer não apenas o conforto, mas também a saúde e a produtividade de funcionários e alunos, Portanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis busca equilibrar a complexidade dos serviços técnicos com a necessidade de assegurar a rápida retomada das condições normais de climatização, minimizando transtornos e preservando o bem-estar de todos.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

ITEM	NOMES DAS UNIDADES ESCOLARES	ENDEREÇO DA UNIDADE ESCOLAR
01	CMEI NORMA CABRAL DE OLIVEIRA	RUA 05 S/N RESIDENCIAL ANA MARCELA
02	CMEI SANTA CLARA	RUA S ESQUINA COM A T6 QD 20 LT 12 /13 VILA COMUNITÁRIA
03	CMEI FILHOS DE DAVI	RUA SAO DIMAS S/N SÃO DIMAS

04	CMEI SÃO FRANCISCO	RUA 21 QD 51 LT 03 - JARDIM CABRAL
05	CMEI MARIA HELENY PERILLO VIEIRA DA CUNHA	AVENIDA EIXO NORTE SUL, ESQ. C/ RUAS 09,10 E 11, SN, LOTEAMENTO RESIDENCIAL ITAVILLY
06	CENTRO EDUCACIONAL JOÃO SILVESTRE DA SILVA	RUA AVENIDA PEDRAS BRILHANTES, S/Nº, QD. 21, LOTE AIN2 – LOTEAMENTO ALTO DA BELA VISTA
07	ESCOLA MUNICIPAL JUCA LUDOVICO	PRAÇA MARIA BUENO GALVÃO - VILA BOA ESPERANÇA
08	ESCOLA MUNICIPAL PADRE ELÍGIO SILVESTRI	RODOVIA GO 156 KM 2 FERNANDA PARK
09	ESCOLA MUNICIPAL GENOVEVA CABRAL	RUA 17 QD 40 LT13 JARDIM CABRAL
10	ESCOLA MUNICIPALIZADA JERÔNIMO JOSÉ DA SILVA	RUA EXPEDICIONÁRIO ABEL MENDANHA-VILA DOM CANDIDO PENSO
11	ESCOLA MUNICIPALIZADA IRANI COSTA	AVENIDA 15 ESQ COM RUA 22 VILA LEONOR
12	ESCOLA MUNICIPALIZADA MODESTINA FONSECA	RUA 9 ESQ COM RUA 04 VILA LEONOR
13	ESCOLA MUNICIPALIZADA SÃO DIMAS JOSÉ PEDRO SOARES	RUA SÃO DIMAS CENTRO - SÃO DIMAS
14	ESCOLA MUNICIPALIZADA SÃO BENEDITO	AVENIDA CENTRAL S/N CENTRO POVOADO DE SAO BENEDITO
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	RUA MINISTRO GUIMARÃES NATAL Nº 50 - CENTRO
16	DEPÓSITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

5.3. Os serviços deverão ser realizados em horários que não prejudiquem o andamento das atividades escolares, devendo ser previamente agendados com a Secretaria Municipal de Educação. Nas demais dependências administrativas, os serviços poderão ser executados em horário comercial.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a realização dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica e de acordo com as resoluções vigentes, quanto ao nível de ruído (barulho) produzido por tais equipamentos, em caso dos mesmos produzirem ruídos em excesso que venham a perturbar os servidores e os alunos.

5.4.1.A empresa contratada deverá executar os serviços com mão de obra qualificada, utilizando ferramentas e equipamentos adequados, observando as normas técnicas aplicáveis e garantindo a segurança durante a execução dos serviços, sendo responsável por eventuais danos causados aos equipamentos ou às instalações decorrentes da execução inadequada.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5.As Condições de Execução do objeto seguirá as seguintes metodologias:

#### **5.6. Instalação:**

5.6.1. A instalação dos aparelhos condicionadores de ar deverá ser realizada de modo a garantir o pleno funcionamento, a eficiência energética e a durabilidade dos equipamentos, observando rigorosamente as recomendações dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a legislação vigente.

5.6.2. Os serviços deverão contemplar, no mínimo: a fixação adequada das unidades evaporadora e condensadora; a interligação entre os equipamentos por meio de tubulação frigorígena; a execução das conexões elétricas; a instalação de sistema de drenagem para escoamento de condensado; a realização de testes de estanqueidade; a execução de vácuo no sistema; a carga de gás refrigerante, quando necessária; e a realização de testes operacionais para verificação do correto funcionamento dos equipamentos.

5.6.3. Para fins desta contratação, será considerada a distância máxima de até 3 (três) metros de tubulação entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora. Dentro desse limite, todo o material necessário à instalação e ao perfeito funcionamento do equipamento — incluindo, mas não se limitando a tubulações, cabos elétricos, suportes, isolamentos térmicos, conexões, drenos, gases refrigerantes e demais insumos — será de responsabilidade exclusiva da Contratada.

5.6.4. Caso a distância entre as unidades ultrapasse o limite de 3 (três) metros, os custos adicionais referentes ao fornecimento de materiais excedentes serão de responsabilidade da Contratante, condicionados à prévia apuração e autorização formal. 5.5. A Contratada deverá assegurar garantia dos serviços de instalação, comprometendo-se a corrigir, sem ônus para a Contratante, quaisquer falhas decorrentes da execução dos serviços, durante o prazo estabelecido em contrato.

5.6.5. Deverá ser apresentada, quando aplicável, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente, emitido por profissional legalmente habilitado, responsabilizando-se tecnicamente pela execução dos serviços.

5.6.6. A Contratada deverá, ainda, observar as normas ambientais vigentes, promovendo o correto gerenciamento dos resíduos gerados, bem como o adequado recolhimento, armazenamento e destinação final de gases refrigerantes, em conformidade com as diretrizes dos órgãos competentes, incluindo o IBAMA. Deverá também adotar, quando aplicável, práticas de logística reversa, com a devida comprovação documental.

5.6.7. O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula sujeitará a Contratada às penalidades previstas no instrumento contratual.

#### **5.7. Higienização:**

5.7.1. A manutenção preventiva dos sistemas de climatização deverá ser executada de forma contínua e programada, com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento, a eficiência operacional, a durabilidade dos equipamentos e a qualidade do ar interior, contemplando, obrigatoriamente, a higienização por meio de limpeza química profunda.

5.7.2. Os serviços deverão abranger inspeções periódicas, avaliações das condições operacionais e intervenções técnicas necessárias, incluindo a limpeza química profunda das unidades evaporadoras, condensadoras e demais componentes do sistema, com a finalidade de remover sujidades, incrustações, microrganismos, biofilmes, fungos e bactérias, garantindo condições adequadas de higiene e desempenho.

5.7.3. A limpeza química profunda deverá ser realizada com periodicidade mínima semestral, podendo ser ajustada conforme a necessidade operacional, condições de uso dos equipamentos ou mediante solicitação da Contratante, devidamente justificada. 5.7.4. Os produtos utilizados na higienização deverão ser apropriados para a finalidade, regularizados nos órgãos competentes e aplicados conforme as recomendações dos fabricantes, de modo a não causar danos aos equipamentos, ao meio ambiente ou à saúde dos usuários e dos profissionais envolvidos.

5.7.5. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as orientações técnicas dos fabricantes, bem como as normas vigentes aplicáveis, incluindo as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais órgãos reguladores pertinentes, além das diretrizes da Contratante.

5.7.6. A Contratada deverá elaborar, implementar e manter atualizado o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), conforme legislação vigente, contemplando o cronograma das manutenções preventivas, registros das atividades realizadas, identificação dos responsáveis técnicos e demais informações necessárias ao adequado controle e rastreabilidade dos serviços. 5.7.7. Os serviços deverão ser executados conforme procedimentos operacionais padronizados, com descrição detalhada das atividades, utilização de mão de obra qualificada e registro formal das intervenções realizadas, incluindo relatórios técnicos, evidências fotográficas quando aplicável e recomendações para eventuais ações corretivas.

5.7.8. O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula sujeitará a Contratada às penalidades previstas no instrumento contratual.

#### **5.8. Manutenção:**

5.8.1. A manutenção corretiva compreenderá a realização de intervenções técnicas destinadas à correção de falhas, defeitos ou irregularidades nos sistemas de climatização, decorrentes de desgaste natural, falhas operacionais ou quaisquer outras causas que comprometam o desempenho dos equipamentos, visando restabelecer suas condições normais de funcionamento.

5.8.2. Os serviços de manutenção corretiva incluirão, no mínimo, a identificação de falhas, ajustes técnicos, correção de vazamentos, realização de carga de gás refrigerante e substituição de componentes necessários ao pleno restabelecimento do sistema, incluindo o fornecimento de peças, excetuando-se, contudo, as seguintes: serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora.



5.8.3. As peças excluídas do fornecimento — serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora — quando identificada a necessidade de substituição, somente poderão ser adquiridas e instaladas mediante prévia autorização da Contratante, por meio do procedimento administrativo que se mostrar mais adequado e viável. Nesses casos, poderá ser exigida a aquisição de peça de marca específica, considerando a necessidade de compatibilidade técnica com o equipamento existente.

5.8.4. Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, no local onde os equipamentos estiverem instalados. Nos casos em que, por determinação técnica devidamente justificada, houver necessidade de remoção do equipamento para reparo em oficina, a Contratada deverá solicitar autorização prévia da Contratante, sendo responsável, sem ônus adicional, pela desmontagem, transporte, reparo e reinstalação do equipamento, bem como pelos riscos inerentes a essas operações.

5.8.5. A Contratada deverá dispor de estrutura adequada para a execução dos serviços, incluindo oficina equipada e equipe técnica qualificada. As peças substituídas deverão ser obrigatoriamente devolvidas à Contratante após a conclusão dos serviços.

5.8.6. Todas as despesas relacionadas à execução dos serviços de manutenção corretiva, incluindo mão de obra, transporte (ida e volta) e demais custos operacionais, serão de responsabilidade da Contratada.

5.8.7. A execução dos serviços dar-se-á mediante solicitação da Contratante, por meio de canais formais disponibilizados pela Contratada, tais como telefone, e-mail ou sistema eletrônico, devendo ser assegurado atendimento tempestivo, especialmente em situações emergenciais.

5.8.8. Após a conclusão dos serviços, os equipamentos deverão ser submetidos a testes operacionais, na presença do Fiscal do Contrato, a fim de verificar o pleno restabelecimento de suas condições de funcionamento.

5.8.9. A Contratada não poderá realizar intervenções que impliquem na paralisação prolongada, remoção de equipamentos ou alterações nas características estruturais ou estéticas das instalações sem a prévia e formal autorização da Contratante.

5.8.10. Nos casos em que a manutenção corretiva implique na paralisação do sistema por período prolongado, a Contratada deverá apresentar, previamente, plano de contingência contendo medidas que assegurem a continuidade da climatização dos ambientes, quando aplicável.

5.8.11. A Contratada deverá apresentar Plano de Manutenção atualizado, contemplando as atividades corretivas, bem como a composição da equipe técnica responsável pela execução dos serviços.

5.8.12. O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula sujeitará a Contratada às penalidades previstas no instrumento contratual.

## **5.9. Apresentação de relatórios, laudos e serviços técnicos:**

5.9.1.A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal dos serviços, um relatório detalhado contendo as informações mínimas exigidas, assinado pelo responsável técnico da empresa e pelo técnico que realizou o serviço .A documentação poderá ser entregue em formato digital, caso acordado entre as partes.

5.9.2.A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE, “Relatório de Execução dos Serviços Realizados” do período, dentre outras informações, onde deverá constar:

- a) Descrição sumária do(s) equipamento(s) consertado e/ou revisado(s) constando marca(s)/modelo (s), nº de tombamento patrimonial;
- b) Data, hora de início e término dos serviços;
- c) Condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados e/ou revisados;
- d) Informações sobre peças que deverão ser substituídas;

5.9.3. Todos os serviços executados serão anotados na ficha de Manutenção do equipamento que deverá ser entregue ao Fiscal de Contratos.

## **5.10. Equipamentos de proteção a serem utilizados**

5.10.1. Todos os colaboradores da contratada deverão estar munidos de Uniformes e EPI (Equipamento de Proteção Individual), conforme Norma Regulamentadora 06 - NR 06.

5.10.2. A contratada fornecerá gratuitamente os equipamentos de proteção individual e coletiva, necessários para execução do objeto deste Termo de Referência: Determina a Consolidação das Leis de Trabalhos – Capítulo V – Da segurança e da Medicina no Trabalho – Seção IV – Art. 166 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual adequada ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

5.10.3. Os EPIs deverão ser imediatamente substituídos sempre que expirar os respectivos prazos de validade ou apresentarem defeitos/danos que possibilitem riscos aos colaboradores.

## **Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))**

5.11. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1.A avaliação da execução do objeto será realizada pela fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do acompanhamento da execução dos serviços e da verificação da conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.A fiscalização observará, entre outros aspectos:

- o cumprimento dos prazos estabelecidos para atendimento das solicitações;
- a qualidade dos serviços prestados;
- o funcionamento adequado dos equipamentos após a realização da manutenção ou instalação;

7.3.A comprovação da execução dos serviços ocorrerá mediante:

- vistoria e conferência pela fiscalização do contrato;
- atestação da execução do serviço pelo fiscal ou gestor do contrato.

### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3(três) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5(cinco) dias corrido, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez)** dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **15 (quinze)** dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

7.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **um ano** contado da data do orçamento estimado, em 14/04/2026.

7.31.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.31.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.31.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.31.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.32. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.A presente licitação será realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentações correlatas. O processo adotará o procedimento auxiliar de ata de registro de preço, conforme disposto no Art. 82 da referida lei, visando o registro formal de preços para futura e eventual aquisição dos itens descritos neste Termo de Referência, de acordo com a demanda do órgão requisitante, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.1.A Ata de Registro de Preços permitirá maior flexibilidade na gestão das aquisições, garantindo a eficiência na contratação, a padronização dos itens e a economia de recursos públicos, considerando que os bens e/ou serviços serão requisitados conforme a necessidade, dentro do prazo de vigência do instrumento que será de 12(DOZE) MESES.

8.2. Para os itens constantes neste Termo de Referência a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e art. 11 do Decreto Municipal nº 1417/2021 e, com fulcro no art. 20 do mesmo decreto,

Considera-se como REGIONALIDADE:

8.2.1. II Regional, sendo uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

c) O âmbito dos municípios, dentro do Estado ou limítrofes, existentes dentro do raio de distância rodoviária, definido no instrumento convocatório, em quilômetros, superior aos limites geográficos do próprio Município;

8.2.1.1. A distância em quilômetros estabelecida será de até 120km.

8.2.1.2. Essa distância tem como início a cidade de Itaberaí com a Latitude/Longitude: -16.03492,-49.79698

Justificativa para a Definição da Distância na Seleção de Empresa Prestadora de Serviços

8.3. A definição da distância geográfica como critério na seleção de empresas para a prestação de serviços de instalação e manutenção de condicionadores de ar foi estabelecida com o objetivo de atender às seguintes necessidades:

8.3.1. Rapidez no Atendimento: A proximidade geográfica da empresa contratada proporciona maior agilidade no atendimento de demandas emergenciais e na execução de serviços programados, reduzindo o tempo de resposta para manutenções corretivas e preventivas, bem como minimizando paralisações prolongadas de equipamentos essenciais ao funcionamento das atividades administrativas.

8.3.2. Redução de Custos com Deslocamento: A contratação de empresas situadas dentro de um raio previamente definido contribui para a diminuição dos custos relacionados ao deslocamento de equipes técnicas, refletindo positivamente no custo final dos serviços, tanto para a Administração Pública quanto para os contratados.

8.3.3. Sustentabilidade e Impacto Ambiental: A priorização de empresas localizadas em regiões próximas reduz os impactos ambientais decorrentes do transporte, especialmente no que se refere à emissão de gases poluentes, estando alinhada às diretrizes de sustentabilidade adotadas pela Administração Pública.

8.3.4. Valorização da Economia Local ou Regional: A delimitação geográfica também visa fomentar e fortalecer a economia local e regional, ao priorizar a contratação de empresas que contribuam para a geração de emprego e renda no município e em seu entorno, em consonância com as políticas de desenvolvimento econômico sustentável.

8.3.5.Dessa forma, a adoção da distância geográfica como critério de seleção busca assegurar maior eficiência, economicidade e responsabilidade ambiental na contratação, além de promover o desenvolvimento sustentável da região.

8.3.6. Apesar da definição de distância, a empresa deverá seguir o que diz o Art. 47 § 2º: "Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios: § 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração."

### Forma de fornecimento

8.4. O serviço será prestado de forma parcial, conforme a necessidade da secretaria municipal de educação quando observada a necessidade de manutenção em aparelhos de ar-condicionado.

## Garantia da Proposta

8.5. Não haverá exigência da garantia da proposta nos moldes do art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021.

## Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que devem devidamente constar no **SICAF**:

### Nível I – Credenciamento;

8.7. Credenciamento no SICAF.

### Nível II - Habilitação jurídica

8.8. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.12. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

### Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e/ou Municipal

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício ou concorre;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorre;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Nível V - Qualificação Técnica

8.23. Declaração de visita constando que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.23.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### Qualificação Técnico-Operacional (empresa)

8.24. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou **atestados** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.25. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

8.26. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### Qualificação Técnico-Profissional

8.28. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

8.30. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, em plena vigência;

### Disposições gerais sobre habilitação

8.31 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 425.760,85

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$425.760,85 (quatrocentos vinte e cinco mil setecentos sessenta reais e oitenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima constante no item 1.1, apurados através de:

I - composição de custos unitários nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços, compras.gov, pesquisa número 206/2026.

9.5.2. Os quantitativos previstos foram observados no último procedimento licitatório realizado para esse objeto. Foram levados em consideração o quantitativo (216 unidades de condicionadores de ar) e modelos de aparelhos instalados constantes no levantamento patrimonial do município (doc. anexo), somados às demandas decorrentes de novos equipamentos a serem instalados. A quantidade indicada a seguir é essencial para assegurar a realização adequada e eficiente dos serviços ao longo de um período de 12 meses.

9.5.3. Atualmente, a rede conta com aproximadamente **216 (duzentos e dezesseis) aparelhos de ar-condicionado**, distribuídos em **9 escolas, 5 CMEIs e na sede administrativa**, os quais permanecem em funcionamento contínuo durante **dois períodos diários**, especialmente em salas de aula com grande concentração de alunos.

Diante dessa utilização intensiva, é comum o acúmulo de poeira, fungos, bactérias e outros agentes contaminantes nos filtros e componentes internos dos equipamentos, o que pode comprometer a **qualidade do ar**, impactar diretamente na **saúde de alunos e servidores**, além de reduzir a eficiência dos aparelhos e aumentar o consumo de energia elétrica.

A ausência de manutenção e limpeza periódica pode ocasionar ainda **falhas no funcionamento dos equipamentos**, mau cheiro, baixo desempenho na climatização e necessidade de manutenções corretivas mais onerosas.

Dessa forma, a realização da limpeza e higienização periódica dos aparelhos de ar-condicionado é essencial para garantir **ambientes salubres, confortáveis e adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas**, além de contribuir para a **conservação dos equipamentos e a otimização dos recursos públicos**.



Assim, a presente contratação visa assegurar a **continuidade, qualidade e eficiência dos serviços públicos educacionais**, promovendo melhores condições de ensino e trabalho em toda a rede municipal.

CATEGORIA	SERVIÇO	UND	QTD
INSTALAÇÃO	Instalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 9.000 ou 12.000 BTU/h, com distância de 3 metros de tubulação entre unidades condensadora e evaporadora.	SV	5
	Instalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 18.000 ou 24.000 BTU/h, com distância de 3 metros de tubulação entre unidades condensadora e evaporadora.	SV	30
DESINSTALAÇÃO	Desinstalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 9.000 ou 12.000 BTU/h.	SV	18
	Desinstalação de condicionador de ar modelo Split High Wall (convencional ou inverter) de 18.000 ou 24.000 BTU/h.	SV	50
HIGIENIZAÇÃO	Higienização em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 9.000 ou 12.000 BTU/h, com limpeza química profunda.	SV	100
	Higienização em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 18.000 ou 24.000 BTU/h, com limpeza química profunda.	SV	332
MANUTENÇÃO	Manutenção corretiva em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 9.000 ou 12.000 BTU/h, com carga de gás, correção de vazamentos e fornecimento de peças– exceto serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora.	SV	80
	Manutenção corretiva em condicionador de ar modelo split ou janelheiro 18.000 ou 24.000 BTU/h, com carga de gás, correção de vazamentos e fornecimento de peças– exceto serpentina, compressor e placa eletrônica principal da unidade condensadora.	SV	250

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Itaberáí.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

APLICAÇÃO PROGRAMADA:

GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEC. DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.122.1112.2.110

NATUREZA: 3.3.90.39.00

FICHA: 1047

ELEMENTO: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

APLICAÇÃO PROGRAMADA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO: 12.361.1112.2.069

NATUREZA: 3.3.90.39.00

FICHA: 1087

ELEMENTO: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

APLICAÇÃO PROGRAMADA: MANUTENÇÃO DA PRÉ-ESCOLA

DOTAÇÃO: 12.365.1112.2.109

NATUREZA: 3.3.90.39.00

FICHA: 1161

CONTA: 0859.2200.575862947-9

Contratações correlatas ou interdependentes

Pregão 109/2025 - Aquisição de Bens Permanentes II;

Pregão 64/2025 -Aquisição de Bens Permanentes;

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**REGINA CAMARGO DE OLIVEIRA**

supervisora administrativa/membro da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 16:14:32.

**MIRIAN ALVES RODRIGUES**

supervisora administrativa/membro da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 07:40:04.

